

Reflexões teóricas sobre a educação para a participação política: utopias feministas na radicalização da democracia

Ferreira, Maria da Luz Alves  ¹

Veloso, Kristianne  ²

RESUMO

Esse texto tem como objetivo analisar os motivos de persistirem desafios históricos baseados nas desigualdades de gênero que dificultam a inclusão das mulheres nos espaços de poder. São analisadas questões teóricas que incentivam a implementação de uma abordagem educacional fundamentada nas teorias feministas visando estimular a participação de mulheres e a democracia radical. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica através da análise das interseções entre as divisões de gênero no espaço público e seu impacto na estrutura democrática. Os resultados sugerem que os movimentos e as utopias feministas têm procurado subverter essas estruturas, propondo a educação democrática radical como um meio de promover a igualdade de gênero, destacando a harmonia entre as propostas de democracia radical de Chantal Mouffe, a pedagogia libertadora de Paulo Freire e as perspectivas críticas de bell hooks.

Palavras-chave: democracia radical; feminismos; educação libertadora.

Theoretical reflections on education for political participation: feminist utopias in the radicalization of democracy

ABSTRACT

This text aims to analyze the reasons for the persistence of historical challenges based on gender inequalities that hinder the inclusion of women in positions of power. Theoretical issues are examined that advocate for the implementation of an educational approach grounded in feminist theories to encourage women's participation and radical democracy. The methodology employed was bibliographic research through the analysis of intersections between gender divisions in the public sphere and their impact on democratic structure. The results suggest that feminist movements and utopias have sought to subvert these structures by proposing radical democratic education as a means to promote gender equality, emphasizing the harmony between Chantal Mouffe's

¹ Universidade Estadual de Montes Claros. Doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG. E-mail: mluzferreiraalves@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2255354305899190>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5240-163X>.

² Universidade Estadual de Montes Claros. Doutoranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: kika.veloso@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1845224486401362>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7205-9800>.

proposals for radical democracy, Paulo Freire's liberatory pedagogy, and bell hooks' critical perspectives.

Keywords: radical democracy; feminisms; liberating education.

Reflexiones teóricas sobre la educación para la participación política: utopías feministas en la radicalización de la democracia

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo analizar los motivos de la persistencia de desafíos históricos basados en las desigualdades de género que dificultan la inclusión de las mujeres en los espacios de poder. Se analizan cuestiones teóricas que fomentan la implementación de un enfoque educativo fundamentado en las teorías feministas con el fin de estimular la participación de las mujeres y la democracia radical. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica mediante el análisis de las intersecciones entre las divisiones de género en el espacio público y su impacto en la estructura democrática. Los resultados sugieren que los movimientos y utopías feministas han buscado subvertir estas estructuras, proponiendo la educación democrática radical como un medio para promover la igualdad de género, resaltando la armonía entre las propuestas de democracia radical de Chantal Mouffe, la pedagogía liberadora de Paulo Freire y las perspectivas críticas de bell hooks.

Palabras clave: democracia radical; feminismos; educación liberadora.

INTRODUÇÃO

A teoria feminista tem sido fundamental para enriquecer e expandir as teorias de justiça social, sempre em diálogo com a necessidade de transformação estrutural da sociedade, a qual ainda mantém e reforça os marcadores sociais da diferença. Por meio da análise crítica das configurações do poder, perceberemos como diversas estruturas de poder, historicamente dominadas por sistemas opressivos profundamente arraigados, perpetuam desigualdades.



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

Em um desafio aos pilares da política moderna, os movimentos feministas têm reimaginado a tradicional dicotomia entre o público e o privado. Essa reconfiguração questiona as fronteiras estabelecidas e reflete sobre como problemas sociais persistentes continuam a afetar a vida das mulheres, apesar dos avanços significativos que transformaram direitos e subjetividades.

Frente aos impactos das políticas neoliberais, que exacerbam as dificuldades enfrentadas por sujeitos contra-hegemônicos, os feminismos propõem não apenas estratégias de resistência política, mas também vislumbra alternativas utópicas. Essas alternativas esperançosas apontam para mudanças que promovem a participação política ativa e desafiam as estruturas de poder dominantes. Neste contexto, a utopia surge como uma força motriz, orientando a ação social e política rumo à construção de práticas que reforçam a cidadania ativa.

Nesse ínterim, a democracia radical é apresentada como um ideal essencialmente utópico, capaz de influenciar tanto o pensamento teórico quanto a prática, na luta incansável contra os sistemas de opressão. A educação, por sua vez, é destacada como o meio para transformar essas utopias em possibilidades, ensinando os indivíduos a engajarem-se e a contribuírem ativamente para a construção política através de uma abordagem educacional radical e libertadora.

A problemática que enseja essa pesquisa reside em explorar como as teorias feministas, as práticas pedagógicas inspiradas em Paulo Freire e bell hooks, e a democracia radical podem ser utilizadas para combater as desigualdades de gênero e promover uma sociedade mais igualitária e justa, diante da persistência das estruturas de poder opressivas na sociedade contemporânea. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é apresentar uma base teórica que respalde a aplicação dessas teorias nas práticas educativas para promover o aprofundamento da democracia.

A metodologia utilizada nesta análise baseia-se em uma abordagem teórica que se apoia na revisão crítica da literatura sobre teorias feministas e utópicas, além da compreensão da democracia radical e das práticas pedagógicas inspiradas nos princípios educacionais de Paulo Freire e bell hooks. Esse enquadramento metodológico possibilita uma exploração aprofundada das possíveis transformações que o feminismo pode promover na sociedade contemporânea.



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

1. Impacto dos movimentos feministas na reconfiguração da esfera pública

A separação entre os âmbitos público e privado estabeleceu papéis diferenciados para homens e mulheres. Enquanto aos homens, vinculados ao espaço público, político e cultural, a cidadania foi concedida como um direito inerente, para as mulheres, o acesso a este mesmo espaço foi conquistado apenas através de intensa luta social, esforço político e mobilização coletiva. A cidadania, conceito que pode estar atrelado à tomada de decisões políticas em alguma instância, estava direcionada aos homens, alfabetizados e proprietários de terras. No Brasil, por mais que não houvesse alguma limitação explícita com relação à elegibilidade das mulheres na Constituição Federal de 1891, elas não eram cidadãs, e as limitações ali escritas foram impostas também sobre classes e raças diferentes.

A luta política das mulheres atingiu um ponto comum em parte do ocidente. No começo da disseminação dessa ideologia, uma autora se destacou pela difusão dessas ideias. Mary Wollstonecraft, influenciada pelo pensamento iluminista difundido pela Revolução Francesa, em seu livro “Reivindicação dos direitos da mulher”, publicado no final do século XVIII, relacionou a realidade da mulher que é constantemente inferiorizada com a subjugação animal à qual são tratadas, requerendo a partir de tais afirmativas a humanização do corpo feminino. Wollstonecraft (2016) apontou que as homenagens à sensibilidade feminina retiravam delas a racionalidade e explicou os argumentos dos homens para a condição à qual limitavam as mulheres e as contradições que cercaram tais afirmativas.

Ao manifestar-se pela emancipação da mulher na educação, Nísia Floresta (1989) questionava em que lugar estaria a educação da mulher e respondia à sua própria pergunta ao explicar que esse lugar se destinava a uma construção moral. A justificativa para a posição das mulheres estava na devoção cristã, retomando os princípios ideológicos pelos quais o Brasil se formava e reivindicava o liberalismo como parâmetro para a consolidação da emancipação feminina. Ela reforçou em seus escritos que investir na educação feminina aproximaria o Brasil das nações progressistas.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

As contestações de Nísia Floresta, ainda no século XIX, criaram raízes para a configuração de uma mudança cultural, como o direito à educação das mulheres, que evoluiu constantemente. Quando começaram a falar da participação das mulheres nos espaços públicos, surgiram escritos femininos sugerindo a reivindicação do direito ao voto. Nos anos que se seguiram, diversos periódicos brasileiros passaram a abordar o assunto sistematicamente, mencionando inclusive a experiência em outros países (Karawejczyk, 2013).

A cidadania e a comunidade são conceitos que perpetuam na visão das discussões sobre a política entre os teóricos da esquerda. Sob o conceito de cidadania, encontra-se a formação da identidade na política. Transformar e afirmar essas identidades envolve-se profundamente na forma de democracia que queremos consolidar. De acordo com Mouffe (1997), o conceito de cidadania em uma democracia radical e plural, perpassa uma identidade política comum.

1.1 Poder social

As relações de poder são parte significativa da proposta de uma democracia radical, e nesta direção Mouffe (2015, p. 49) destaca que “(...) nenhuma política radical pode existir sem desafiar as relações de poder vigentes, o que exige definir um adversário”. Esta ponderação está dentro da diferenciação que a autora faz acerca da antítese entre a democracia dialógica e a agonística, uma vez que nem todo movimento que coloca em prática o confronto político deve ser excluído da prática democrática, mesmo que seja necessário proporcionar um espaço neutro em busca do diálogo e do consenso. O objetivo do agonismo “(...) é transformar profundamente as relações de poder existentes e estabelecer uma nova hegemonia” (Mouffe, 2015, p. 50).

Se pensarmos nas dimensões do poder na teoria feminista, podemos encontrar com maior ênfase dois aspectos: a opressão e a dominação. Para Allen (1998), duas noções de poder são abrangidas pela teoria feminista: o poder como dominação e o poder como empoderamento. As críticas feministas do poder são divididas em diversos tópicos e, por esse motivo, nem sempre o assunto é tratado de forma direta. Está implícito nas teorias feministas sobre



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

igualdade, maternidade, violência etc. A negligência que ocorre em relação às teorias tanto da dominação quanto do empoderamento com relação às mulheres e seu vínculo com o poder.

Uma maneira de compreender a amplitude do poder político é analisá-lo a partir de uma perspectiva feminista, reconhecendo que se trata de um direito político exclusivo dos homens por serem homens. Neste sentido, o patriarcado é uma forma de poder político. O *status* das mulheres nessa ideia moderna de patriarcado não está tão ligado à autoridade do pai ou às relações familiares. “O patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista” (Pateman, 1993, p. 19). Caracterizado como um triunfo social e cultural, o patriarcado está associado a uma ideia de racionalismo e direito político. A civilização como organização da sociedade civil é parte desse triunfo. Enquanto nas teorias clássicas a paternidade era a origem do poder político dos homens, associada à propriedade, na modernidade, a masculinidade em geral assumiu esse papel (Pateman, 1993).

Angela Davis (2016), destacando a intersecção entre gênero, raça e classe, conceito conhecido como interseccionalidade, sustenta que não existem hierarquias entre as opressões. Enquanto o feminismo tradicional muitas vezes focou nas experiências das mulheres brancas, a realidade das mulheres negras, marcada por um legado de escravidão, envolve desafios únicos, incluindo a exploração laboral e violência sexual. Com a industrialização, a feminilidade foi redefinida, associando as mulheres brancas à domesticidade, enquanto as mulheres negras, vistas através do prisma da escravidão, enfrentavam uma realidade contraditória à ideologia dominante da época. A autora argumenta que as mulheres negras devem reconhecer e utilizar seu poder político, criticando o movimento sufragista por seu racismo institucionalizado. Ela defende uma abordagem de empoderamento que não somente desafie o racismo, mas promova políticas inclusivas que beneficiem toda a comunidade, enfatizando a necessidade de uma resistência organizada contra a violência racista.

As relações que entrelaçam essas formas de opressão, tais como o racismo, o sexismo e a homofobia, têm uma origem institucional nas mesmas entidades políticas e econômicas que motivam a violência contra as minorias. Lidar com isso é assumir uma postura revolucionária com os mecanismos da coletividade que reivindicam como método a filosofia radical como utopia



REVISTA
territórios

Interitórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

possível. “Afinal, radical significa simplesmente ‘compreender as coisas desde a raiz’. (...) ser inequívoca na contestação do capitalismo monopolista como o maior obstáculo para a conquista da igualdade.” (Davis, 2017, p. 24). O tratamento destinado às mulheres negras, assim como as lutas e enfrentamentos da comunidade negra, devem ser vislumbrados considerando o racismo ainda presente na sociedade, inclusive no movimento feminista, que por muito tempo andou agregando preconceitos de raça e de classe. Pensar nos avanços que podem ser promovidos por um feminismo interseccional que atinge mulheres de minorias étnicas, quase sempre resulta em avanços para todas as mulheres como um resultado positivo para a política progressista.

2. Utopias reais: uma revolução feminista

A compreensão do conceito de utopia enquanto um sonho impossível e um ideal irrealizável, por muito tempo foi predominante. A interpretação desse modelo democrático enquanto utópico, mobiliza certa inércia. Acontece que existe um caráter realista na utopia, realidades alternativas não surgem do vazio, mas sim de um entrelaçamento de experiências. Um projeto político tem, em seu cerne, o vislumbre de uma sociedade que não se concretizou, a ideia de transformação é permeada por nuances utópicas (Miguel, 2006). A Teoria Utópica contemporânea trabalha, dentre outros, com um conceito de utopia enquanto “sonho coletivo”, sonho posto na dimensão do realizável, daquilo que uma vez pensado pode se transformar em realidade. “(...) sonhos e pesadelos dizem respeito a maneiras nas quais grupos de pessoas organizam suas vidas e que normalmente vislumbram uma sociedade radicalmente diferente da que os sonhadores vivem.” (Sargent, 1994, p. 3, tradução nossa)³.

Nas palavras de Xavier (2016, p. 9) “Todo ser humano sonha transformar o seu mundo em algo melhor. Esse sonho, convertido em ação social, constitui a matéria prima do que se entende por utopismo, fenômeno social que se consolida nos séculos XIX e XX.” Para o autor, “(...) a utopia seria uma das formas de manifestação do utopismo com sérias e radicais implicações políticas.” (Xavier, 2016, p. 9). “(...) a filosofia radical só pode viver

³ No original: “(...) the dreams and nightmares that concern the ways in which groups of people arrange their lives and which usually envision a radically different society than the one in which the dreamers live”.



na dimensão da utopia que, mais do que um não-lugar, é o lugar por excelência: aquele que não pode se mover de si mesmo sem se perder” (Matos, 2014, p. 64). Esta filosofia aponta para a mudança e a mudança é um desconforto para os que se acomodaram pela dificuldade de conduzir transformações. A utopia torna-se possível enquanto retomadas do passado para construção de um futuro diferente, incompatível com o condicionamento político imutável do capitalismo (Matos, 2014).

Shklar (1965), com inspiração no raciocínio teórico e político de Karl Mannheim a respeito da utopia, enfatizou que o pensamento político estaria dividido entre duas correntes: a utópica e a ideológica, dando atenção privilegiada à utopia e à sua característica intrínseca dos desejos sociais que constroem a civilização. Em sua análise, o conceito da utopia clássica decaiu pelo fato de não considerar o passado ao criar padrões imaginativos para o futuro (considerando que a utopia não está em lugar nenhum, nem em tempo algum, portanto poderia estar tanto no passado quanto no futuro). De algum modo, os escritores que se inspiraram no modo de produção da utopia de Thomas More visualizaram uma forma de crítica às instituições estabelecidas, assim como o forte ideal de felicidade reproduzido pelos cristãos.

A utopia demonstrou as preocupações dos intelectuais e a esperança implantada no ativismo e nos atores revolucionários. A inquietação de Shklar (1965) com o fim da utopia clássica está no fato das produções literárias modernas não serem tão imaginativas quanto a dos antigos, é por isso que apresenta sua compreensão da teoria política utópica com certa nostalgia da utopia. Benhabib (1994) oferece insights valiosos sobre as reflexões de Judith Shklar a respeito da utopia. Ao analisar o liberalismo através da perspectiva utópica, destaca-se a abordagem mais significativa de Shklar: o “liberalismo do medo”. Esse conceito sublinha a importância de perceber o liberalismo não apenas em sua dimensão antiutópica, mas também como uma proposta que reconhece e se engaja com potenciais distopias.

Shklar (1989, p. 21, tradução nossa), antes de explicar o que entende por liberalismo do medo, classifica o objetivo do liberalismo como: “(...) garantir as condições políticas necessárias para o exercício da liberdade pessoal.”⁴ Cumpre diferenciar os conceitos de liberalismo e modernidade tendo em vista

⁴ No original: “(...) to secure the political conditions that are necessary for the exercise of personal freedom”.



que nem todas as mazelas advindas da modernidade são características claras do liberalismo, para ela o fenômeno de governos liberais foi um evento raro na história do ocidente no século XIX. Atribui ao fracasso da ideologia liberal nos governos que incorporaram o fato de o liberalismo ter tido como base conflitos religiosos fundados na disparidade entre a fé e a moral. Este liberalismo do medo, está baseado nas formas de condução do liberalismo pelo governo. Para Shklar (1989) o liberalismo não depende de uma política filosófica ou religiosa e por isso toda a teoria, que der as autoridades o direito de qualquer tipo de abuso, não pode ser descrita como liberal, trata-se estritamente de uma teoria política que não se associa a formas abusivas de poder ou intimidação tendo em vista que isto está diretamente associado com a forma totalitária e é uma herança de outras formas de governo que utilizavam do medo para controle da população. É nesta perspectiva que a autora argumenta que a política do medo torna a liberdade impossível, em suas palavras, estar viva é ter medo.

Conforme Shklar (1989), a proibição da crueldade deveria ser um princípio político, este meio de controle social deveria ser usado somente para evitar ameaças maiores, ou seja, mais crueldade. A autora defende um liberalismo de autonomia e aborda o quão instável é a separação entre o público e o privado no liberalismo do medo, pois considera a propriedade privada como um espaço de segurança do poder do Estado e uma forma de divisão do poder. Por este motivo defende também a educação política dos cidadãos como forma de garantir o compartilhamento de uma vida em coletividade para uma sociedade livre o que considera que são: “Expectativas de mudança radical e de aspirações utópicas” (Shklar, 1989, p. 33, tradução nossa)⁵.

As teorias políticas abordadas por Shklar estiveram orientadas por um longo período ao estudo da esperança política, lembrando dois polos importantes da abordagem da autora que frequentemente são vistos como inconciliáveis: a memória (de tudo o que passou) e a esperança. Ela considerou as estruturas normativas como muito distantes da abordagem política e escreveu sobre o liberalismo de forma mais ampla. Ao perceber a utopia como necessária para a teoria política, considerou ser necessário pelo

⁵ No original: “Expectations of radical social change and of utopian aspirations”.



menos um mínimo de utopia para refletir sobre a justiça e direcionar o pensamento político para o futuro (Forrester, 2011).

Podemos imaginar a razão da utopia enquanto um modo de imaginar alternativas. Ainda que imaginemos alternativas, estes moldes estão sempre baseados nas experiências que já construímos. Mesmo diante da impossibilidade de criar algo, as utopias são importantes para que, por intermédio de um pensamento radical, possamos tentar construir esses novos mundos e com essa tentativa, encontrar as falhas existentes na nossa sociedade por meio do processo de estranhamento e, dessa forma, sermos cada vez mais conscientes do nosso aprisionamento ideológico (Sargisson, 2012). Ao ponderarmos uma utopia feminista, as possibilidades de imaginar outro modo de vida partem sempre das possibilidades de mudanças que as mulheres têm para si mesmas. Essa forma de construção narrativa, além de ser um ataque ao patriarcado, é também um ataque ao capitalismo. Ao considerarem um mundo imaginário onde as questões de gênero, tanto no âmbito privado quanto no público, são ressignificadas e enfrentadas.

Os feminismos podem ser vislumbrados como movimentos que nos permitem mudar a maneira como entendemos diversas questões relativas ao gênero em seus mais diversos aspectos. Ao negar a hegemonia do patriarcado, representam a luta pelas reconfigurações do poder.

Funck (1993) realça essas tratativas ao pensar feminismo e a utopia como meio de prática criativa e como introito da mudança. A utopia feminista pode ser um modo para repensar o modelo patriarcal e reforçar o exercício de imaginar outras saídas. A palavra “feminismo” não reflete uma individualidade, a fim de evitar a criação de hegemonia dentro de movimentos contra-hegemônicos. É necessário falar em “feminismos”, que representam formas diversas de ser e pensar das mulheres contemporâneas, levando em conta tendências raciais e de classe. Nesse aspecto, de acordo com Cavalcanti (2009), embora as relações entre essas diferentes reflexões possam ser conflituosas, existem valores comuns que expressam opressões semelhantes com a caracterização pragmática desses movimentos.

Vergès (2020), quando se refere ao feminismo decolonial como um imaginário utópico, diz que se olharmos para a experiência das pessoas escravizadas percebemos que a esperança e a utopia sempre estiveram na imaginação de um sonho da liberdade.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

(...) é uma utopia, no sentido de uma promessa radical, que se coloca como uma via contrária ao capitalismo, que também proclama que não há alternativa à sua ideologia, que ele é tão natural quanto o dia e a noite, e chega a prometer soluções tecnológicas e científicas que transformam suas ruínas em espaços de felicidade (Vergés, 2020, p. 41).

A política do feminismo decolonial é, então, uma forma de combate às opressões. Não se trata de melhorar a realidade das mulheres, mas de transformá-la. “Justiça para as mulheres significa justiça para todos” (Vergès, 2020, p. 42).

Queremos pôr em prática um pensamento utópico, entendido como energia e força de insurreição, como presença e como convite para sonhos emancipatórios, como gesto de ruptura: ousar pensar para além do que se apresenta como ‘natural’, ‘pragmático’, ‘razoável’. Não queremos construir uma comunidade utópica, mas restaurar toda a sua força criativa em sonhos de insubmissão e resistência, justiça e liberdade, felicidade e bondade, amizade e encantamento (Vergès, 2020, p. 108).

Considera-se um retrato de memória e resistência da luta das mulheres no Sul global. Para o que construímos aqui como uma utopia real, a ideia de transculturação se faz presente. O embate à globalização é feito em sua maior parte pelas teorias construídas nos países periféricos ou aqueles que um dia foram conhecidos como terceiro mundo. Nesta direção, percebemos um pensamento social e político sendo construído fora dos centros. “(...) o pensamento desterritorializado persegue o reconhecimento das múltiplas racionalidades, reais e possíveis, elaboradas no seio das culturas e sociedades humanas, buscando ou permitindo” (Groppo, 2005, p. 62). A ideia de imaginar alternativas precisa ser considerada sob uma perspectiva desterritorializada e abrangente. É importante reconhecer comunidades que se organizam e resistem de maneiras diferentes daquelas impostas pela ordem hegemônica. Uma imaginação política desse tipo abrange uma diversidade sociocultural que é ainda mais expressiva nos países do sul global. Daí surge a importância de civilizações que se organizam de formas que divergem da ordem capitalista,



permitindo assim a consideração de outros mundos como caminho para a emancipação individual e coletiva. Nas insurgências dos movimentos sociais, emerge paralelamente uma democracia global e plural em contraposição à globalização neoliberal (Groppo, 2005).

Conforme hooks (2020), a tão almejada mudança da ordem social não ocorreu de forma célere como as revolucionárias feministas pretendiam, os movimentos feministas acabaram por perder força e engajamento para mudança da estrutura. O fato de que diversas reformas no campo dos direitos sociais femininos acontecessem, não deu fim à dominação masculina ou a opressão de mulheres. O resultado disso foi o movimento feminista se esforçando cada vez menos na transformação da sociedade e concentrando-se na busca pela igualdade de direitos com relação aos homens. As feministas radicais que estavam chamando a atenção para a masculinidade como vilã de toda a opressão das mulheres, focaram na denúncia e pouco fizeram por uma mudança das estruturas sociais.

As campanhas de sensibilização feminista não incitaram significativamente as mulheres a enveredarem pela política revolucionária. Na sua maioria, não ajudaram as mulheres a compreender o capitalismo: como funciona, como um sistema de exploração do trabalho das mulheres, e as suas interligações à opressão sexista. Não incentivaram as mulheres a aprender sobre os diferentes sistemas políticos, como o socialismo, nem encorajaram as mulheres a inventar ou imaginar novos sistemas políticos. Não atacaram o materialismo e a dependência da nossa sociedade do consumo excessivo. Não mostraram às mulheres que temos vindo a beneficiar da exploração e da opressão de mulheres e de homens a nível mundial, nem nos mostraram formas de nos opormos ao imperialismo. Ainda mais importante, não têm confrontado as mulheres com o entendimento de que o movimento feminista pelo fim da opressão sexista só terá êxito se nos comprometermos com a revolução, pela criação de uma nova ordem social (hooks, 2020, p. 231-232).

O compromisso com a revolução pode exigir gerações de luta. A crença no imediatismo dos resultados fez com que os objetivos que exigiam mais tempo, se perdessem de vista. hooks (2020) demonstra que as lutas que



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação

Universidade Federal de Pernambuco,

Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]

Dossiê Os desagendamentos da educação e a

resistência à projetos neoliberais e

neoconservadores: corpos, gêneros e

sexualidades em espaços escolares e não

escolares

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

devem estar no horizonte do movimento feminista são lutas coletivas que abrangem toda a sociedade. O foco deveria ser uma ideologia libertadora que considere as múltiplas formas de opressão. O diálogo no movimento feminista deve partir da premissa de que todas as mulheres foram cúmplices dos meios de opressão, a fim de se libertarem do sistema e transformar todo o ódio dedicado à busca de inimigos ao longo dos anos em uma utopia, uma possibilidade.

hooks (2020), em sua teoria feminista, forneceu importantes orientações sobre o modo de agir dos atores que se envolvem na luta. Ela não descarta o modo como as mulheres realizaram a revolução em atos anteriores, mas reconhece que o uso da violência como forma de enfrentamento é mais vantajoso para os oponentes, que além de possuírem mais recursos, naturalizaram a violência. Por isso, ela insiste que a revolução deve ser cultural.

A formação de uma visão do mundo alternativa é fundamental para a luta feminista. Isso significa que o mundo que conhecemos de forma mais íntima, o mundo no qual nos sentimos “seguros” (ainda que este sentimento esteja baseado numa grande ilusão), precisa ser radicalmente transformado. Talvez seja a percepção de que todos precisam mudar, não apenas aqueles que rotulamos de inimigos e opressores, que até agora tem servido para avaliar a autenticidade de nosso impulso revolucionário. Para que o movimento feminista contra a opressão existente possa progredir, para transformar a nossa realidade atual, esses impulsos revolucionários precisam moldar de forma espontânea e livre nossa teoria e nossa prática (hooks, 2020, p. 237).

A utopia feminista é o fim do patriarcado, se isto por si é uma conquista na luta contra a desigualdade social, não é a única. Por este motivo, utilizamos aqui o conceito de bell hooks de feminismo visionário que diz respeito a teoria da autora para um feminismo que atinge as massas. Uma teoria que fala para todos e que “(...) deve fornecer uma estrutura de análise e pensamento que sintetize aquilo que é mais visionário no pensamento, na conversa e no discurso feminista” (hooks, 2019, p. 87). Explorar o potencial subversivo dos feminismos se direciona à teoria e à prática que é construída para as massas, que se distancia dos meios utilizados pelos sistemas de opressão e que não é



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

acomodado em práticas que reforçam o poder hegemônico. Em uma citação de Audre Lorde “(...) a ferramenta do senhor jamais dismantelará a casa do senhor” (Lorde *apud* hooks, 2019, p. 89), é possível perceber como grande parte das teorias feministas que foram criadas tentam agir dentro dos meios que afastaram as mulheres da esfera pública e, consequentemente, da participação política.

Para a teoria feminista, é fundamental adotar uma visão de mundo mais ampla, que considere perspectivas situadas em diferentes eixos que vão além dos tradicionais eixos de dominação. Haraway (2009) examina as dicotomias que frequentemente estão interligadas, como a perspectiva visionária versus a objetiva, ou o imaginário versus o racional. Embora a construção da ciência ao longo das teorias tenha tendido mais para a racionalidade e objetividade, a ciência, em sua essência, foi concebida para ser utópica e visionária. É importante, conforme argumentado por hooks (2019), manter um diálogo que reconheça a importância da perspectiva visionária do feminismo, mas que também busque alcançar práticas libertadoras.

Haraway (2009) destaca a importância da visão e da voz dos subjugados na construção do conhecimento, apontando para uma objetividade que emerge dos saberes localizados, distante dos Sistemas Globais. Essa abordagem propõe a construção de uma rede de conhecimento que favorece o compartilhamento de experiências através de um empiricismo crítico feminista, facilitando a troca de saberes entre culturas diversas, em meio a relações de poder heterogêneas. Na visão de Haraway (2009), a teoria feminista desafia a pretensa neutralidade científica, optando por saberes parciais e localizados que promovem solidariedade política e diálogos epistemológicos através de redes de conexão. Essa perspectiva é reforçada ao considerar a experiência das mulheres negras, cujos conhecimentos e anseios por transformação social foram historicamente confinados ao espaço doméstico, subestimadas e marginalizadas devido a uma dinâmica dialética de opressão. Contudo, Collins (2019), evidencia como o ativismo intelectual de mulheres negras afro-americanas se tornou um pilar central para o desenvolvimento de um pensamento político feminista negro, demonstrando a potência de suas contribuições apesar dos desafios enfrentados.

(...) o confinamento dos afro-americanos em áreas exclusivamente negras no Sul rural e nos guetos urbanos do Norte promoveu a consolidação de um *ethos* distinto na



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

sociedade civil negra no que diz respeito à linguagem, à religião, à estrutura familiar e às políticas comunitárias. Embora tenham sido essenciais para a sobrevivência dos negros estadunidenses como grupo e expressos de formas diferentes de indivíduo para indivíduo, esses saberes foram ao mesmo tempo ocultados dos brancos e suprimidos por eles. Os saberes negros de oposição existiam para resistir à injustiça, mas também permaneciam subjugados (Collins, 2019, p. 10).

Parte das mulheres negras afro-americanas, assim como das brasileiras, tornaram-se trabalhadoras domésticas na casa de mulheres brancas. Isso as permitiu ver suas realidades por um outro ângulo e, sobretudo, a realidade de mulheres brancas que se viam com algum poder, mas ainda estavam dentro de um sistema de dominação do poder patriarcal (Collins, 2019).

Essas observações, quando colocadas coletivamente, propiciavam um comportamento político coletivo, o que faz muito sentido ao retomar as ideias das políticas das comunidades que são diretamente opostas ao individualismo pregado pelo neoliberalismo. As conquistas dos sujeitos oprimidos são possibilitadas apenas porque esses sujeitos se revoltam e agem em grupo de forma sustentada. “(...) as comunidades constituem os principais veículos que vinculam os indivíduos às instituições sociais que organizam desigualdades sociais complexas”. (Collins, 2022, p. 25) É por meio das comunidades que os indivíduos reconhecem o seu contexto social, caracterizando uma parte importante da ação política organizada.

Embora as comunidades sejam imaginadas de várias maneiras para muitos projetos políticos, elas são construídas por seus membros, que as tornam o que desejam ou as dissolvem por completo. Intencionalmente ou não, as pessoas usam o construto de comunidade para dar sentido e organizar todos os aspectos da estrutura social, incluindo suas respostas políticas às situações enfrentadas. Da mesma forma, as instituições sociais usam os símbolos e princípios organizacionais da comunidade para organizar as desigualdades sociais (Collins, 2022, p. 25).



Por ser um espaço carregado de sentimentos, valores e princípios, as comunidades podem levar as pessoas à ação, estimulando o envolvimento político sob a ótica da identificação. Certamente, comunidades podem se organizar tanto pela ideia de inclusão, multiculturalismo quanto pela ideia do preconceito e exclusão. Isto é importante para demandar um olhar atento para a comunidade como eixo de análise do comportamento político (Collins, 2022). A opressão de gênero afeta não somente a vida das mulheres como também a de suas comunidades, o ativismo das mulheres acaba tendo pautas transversais por esse mesmo motivo. Dessa forma, a participação política associada ao feminismo interseccional é um percurso relevante, tendo em vista que “(...) os dois projetos enfrentam a questão de construir solidariedades intelectuais e políticas em meio às diferenças de poder” (Collins, 2022, p. 37). A solidariedade política é criada a partir da noção de comunidade enquanto flexível e estrutural correlacionada às estruturas e aos grupos. Ambos se relacionam à antítese existente entre os grupos de elite com maior controle sobre o Estado e os subordinados, e precisam se enraizar nos grupos e comunidades para possibilitar a ação política e crítica (Collins, 2022).

3. Educação democrática radical e libertadora

O potencial de mudança também reside na educação para a democracia. Se, como discutimos anteriormente, os movimentos buscam alcançar uma sociedade livre, a educação para a democracia libertadora é parte fundamental da construção desse potencial de mudança. É importante esclarecer os termos para evitar confusões. O princípio da liberdade, assim como o liberalismo e seus defensores mais radicais propensos a uma ideologia libertária, não se confunde com a ideia de liberdade pensada por Paulo Freire e amplamente difundida por bell hooks. Abordaremos isso em detalhes mais adiante.

A educação libertadora acontece por meio do diálogo, permeia duas dimensões: “(...) ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressurte, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (Freire, 2013b, p. 85). O diálogo é uma conexão do todo e que parte do alinhamento das duas dimensões mencionadas. Não se trata da mera transferência de informações,



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

ou ativismo, é a criação da verdade em cada um, é o que denomina a pronúncia do mundo.

O diálogo requer a compreensão de que os indivíduos dependem da coletividade, o que exige confiança e esperança para promover uma revolução desprovida de qualquer influência opressora. “O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia, e assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (Freire, 2013b, p. 94). É na luta contra o retorno de um regime opressor, que os oprimidos exercitam a prática da liberdade. O momento de despertar da situação de oprimido é a tomada de consciência dos motivos que desencadeiam a opressão.

A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem-intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação — ninguém se liberta sozinho —, também não é libertação de uns, feita por outros (Freire, 2013b, p. 55).

É na democratização da educação que Freire (2013a) enxerga uma oportunidade ímpar de mudança. Por esse motivo, ele acrescenta que a educação deve ser vista como um modelo, evitando qualquer forma de autoritarismo, para que, no futuro, as relações se desenvolvam de maneiras cada vez mais democráticas. Essa abordagem é fundamentada em uma perspectiva de humanização que requer uma ruptura com todas as amarras sociais que geram desumanização. A esperança desempenha um papel fundamental na mudança da realidade, sendo vista como algo essencial à nossa existência. Embora reconheçamos que a esperança sozinha não é o bastante, é ela que nos permite enxergar além do presente. Assim, defendemos a educação para a esperança, que abraça um pensamento crítico radical. Em resumo, para superar a opressão, é fundamental nutrir a utopia. “A utopia, porém, não seria possível se faltasse a ela o gosto da liberdade,



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

embutido na vocação para a humanização. Se faltasse também a esperança sem a qual não lutamos” (Freire, 2013a, p. 100).

Adorno (2003) argumenta que a educação tem sido vista principalmente em termos de objetivos quantitativos, e é importante refletir sobre esses objetivos. O autor questiona: “Para onde a educação deve conduzir?”. Com a intenção de promover uma verdadeira consciência sobre a democracia. “(...) com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado” (Adorno, 2003, p. 141-142).

A democracia exige a defesa da ideia de emancipação, caracterizada como o meio pelo qual os indivíduos tomam decisões conscientes e independentes. Nesse sentido, é necessário inserir a democracia na educação prática para evitar que se torne algo distante e teórico. No entanto, isso enfrenta desafios, especialmente devido à pressão exercida pela organização do mundo, que acaba como uma ideologia dominante nos modelos educacionais, supervalorizando o realismo como objetivo da educação.

Adorno (2003) defende um processo de conscientização paralelo à espontaneidade, o qual pode ser vislumbrado na condução da educação pré-escolar e no incentivo à criatividade, que é mais presente nesse período da vida. A falta de dinamismo e uma educação voltada para a experiência, assemelhando-se a uma educação para emancipação ou imaginação, são questões importantes a serem consideradas. Uma educação voltada para a individualidade, desde que esta não seja imposta, mas sim adaptada às mudanças e transformações constantes, demanda que todas as questões aqui mencionadas sejam consideradas conscientemente no processo educacional. A emancipação requer a superação do conceito de talento por meio de intervenções esclarecedoras, conceito frequentemente utilizado na condução da educação. Para isso, é necessário um ambiente escolar que não esteja dominado pela desigualdade de classes.

Permanece predominante um estilo autoritário de educação, um problema que transcende os sistemas políticos. A autoridade assume diferentes formas dependendo da realidade social, podendo ser tanto a dominação de um tema quanto a dominação de indivíduos. A superação dessa



autoridade pode ser considerada como uma etapa rumo à emancipação, desde que seja vista apenas como uma etapa e não como o fim de uma relação.

(...) nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isto ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência. É claro que isto chega até às instituições, até as discussões acerca da educação política e outras questões semelhantes. O problema propriamente dito da emancipação hoje é se, e como a gente – e quem é “a gente”, eis uma grande questão a mais – pode enfrentá-lo (Adorno, 2003, p. 181-182).

A proposta é uma educação para a contradição e para a resistência, possibilitando aos alunos uma experiência de acompanharem o resultado de suas próprias decisões. Encontramos diversos problemas para uma educação emancipatória, entre eles, a resistência a este modelo de educação, que é acusada de estar “(...) há muito superado, ou então está desatualizado ou é utópico” (Adorno, 2003, p. 185).

As ideias de bell hooks sobre uma teoria feminista para a democracia são esclarecedoras, na medida em que sonhamos com a educação de forma sistemática e não apenas como uma obrigação institucional. A literatura é uma base importante para os pesquisadores ou pesquisadoras que estão construindo a ciência, mas, como movimento político, os movimentos feministas se fortalecem se seus ideais forem acessíveis a todas as pessoas. Somente assim é possível compreender a importância do feminismo para a sociedade. Por esse motivo, pensar em pequenos grupos e comunidades para promover a educação de uma forma compreensível, por meio de diálogo e que proporcione a todos os membros desse grupo o mesmo nível de compreensão. Isso ajuda a democratizar o conhecimento feminista e torná-lo mais acessível, ampliando seu impacto e potencial transformador (hooks, 2019).

O movimento feminista avançaria se muitas pensadoras feministas renomadas participassem de pequenos grupos, reexaminando criticamente como seus trabalhos podem ser modificados ao incorporar perspectivas mais amplas. Todos os



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

esforços de autotransformação nos desafiam a nos engajar em permanente autoexame crítico e de reflexão sobre a prática feminista, sobre como vivemos no mundo. Esse comprometimento individual, quando aliado ao engajamento numa discussão coletiva, proporciona um espaço para a resposta crítica que fortalece nossos esforços para mudar e nos tornarmos novos. É nesse comprometimento com os princípios feministas em nossas palavras e feitos que reside a esperança de uma revolução feminista (hooks, 2019, p. 67).

É por meio da educação para a consciência crítica que enfrentamos os sistemas de dominação. Trata-se de um trabalho coletivo que promove a solidariedade. No entanto, existe um medo predominante em relação às práticas que levam a políticas transformadoras, o que torna ainda mais necessário um engajamento dialético e humanizado, sustentado pela esperança de mudar o mundo. A politização requer tentativa. Não há um modelo pronto para a transformação revolucionária da sociedade; trata-se de um processo difícil que exige a mudança de consciência dos seus atores. Novas perspectivas devem ser criadas para que os símbolos de poder mudem. A luta feminista visa uma transformação completa na estrutura da sociedade, indo além da luta contra o patriarcado. O preparo político para esse processo requer a solidariedade na luta como apoio (hooks, 2019).

Ao recordar as palavras de Paulo Freire, hooks (2019) propõe uma educação feminista como prática de liberdade. O compromisso com a prática da liberdade requer que abordemos a educação de forma crítica e criativa. O sistema educacional precisa se afastar das práticas opressivas e adotar uma pedagogia libertadora. É essencial criar um espaço que não seja dominado pela supremacia branca, pelo patriarcado ou pelo capital. “A educação representou um meio de resistência radical, mas também levou a uma divisão de casta/classe entre o educado e o não educado, pois significou que a pessoa negra letrada podia adotar mais facilmente os valores e as atitudes do opressor.” (hooks, 2019, p. 207). Havia o receio de que, ao tentarem se ajustar à realidade do outro, as pessoas pudessem mascarar sua própria realidade, o que gerava preocupações sobre a educação ser vista como um instrumento de dominação.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

As práticas democráticas na educação brasileira foram respaldadas por uma bandeira dos movimentos da sociedade civil mais progressistas. O processo de democratização da educação é, portanto, um processo de democratização da sociedade como um todo, alcançando os mais diversos espaços. Marques (2008) abordou três aspectos importantes na democracia participativa e na radical que conduzem a ampliação da educação democrática:

1) a vivência democrática nos diferentes espaços sociais leva à democratização da sociedade; 2) a democracia se consolida como prática social cotidiana, por meio de processos de formulação e renovação de uma cultura política nos diferentes espaços sociais, realizando uma repolitização global das práticas sociais e criando novas oportunidades ao exercício democrático; 3) a democracia participativa é um dos campos sociais e políticos da emancipação social (Marques, 2008, p. 73-74).

Para promover uma sociedade educada para a democracia, é crucial observar alguns pontos importantes: a) a politização dos espaços sociais, b) a intensificação da democratização e participação cívica, e c) uma solidariedade crítica para a construção de uma sociedade menos opressiva (Marques, 2008).

A ausência de uma experiência democrática no Brasil pode ser atribuída, em parte, ao legado da escravidão, que impediu a formação de movimentos democráticos entre as classes sociais mais baixas. A proposta para a educação no Brasil visava permitir “(...) a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica” (Freire, 2015, p. 89). Ao reconhecer que o problema educacional estava relacionado à baixa alfabetização da população, iniciou-se uma campanha de alfabetização em larga escala. No entanto, quando essa alfabetização é meramente mecânica, ela não atende a todos os anseios que poderiam contribuir para a educação como impulsionadora da transformação social. É ao compreender a sociedade brasileira em transição e reconhecer a necessidade de educação para a política, para a democracia, para a esperança, entre outros aspectos, que o discurso sobre uma educação libertadora para uma democracia radical faz ainda mais sentido.

Sobre uma educação que ensinaria a democracia, Lummis (2002) argumenta que a melhor forma de ensinar sobre isso é dentro de uma democracia e por meio do exemplo, ao utilizar o sistema de sorteios presente



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

na democracia antiga como um símbolo, ele direciona ao fato de que a virtude política poderia ser usada de modo que os cidadãos se comprometeriam com as decisões políticas. É nesse estágio que o sistema representativo deveria chegar em uma condição que, se o próprio povo fosse tomar a decisão, a decisão tomada pelos representantes seria equivalente. O pensamento democrático radical apresenta uma abordagem sobre a educação enquanto um meio do ensino do compromisso com a democracia, assim como as teorias feministas e a prática da educação enquanto meio de emancipação feminina.

4. Cidadania visível: construindo cidadanias globais

Voltando às ideias anteriormente abordadas sobre a questão da identidade na teoria feminista, percebemos a construção da identidade da mulher e sua subjetividade dentro da teoria. No entanto, se os objetivos do movimento feminista estiverem alinhados a uma política democrática radical, “(...) a desconstrução das identidades essenciais teria que ser vista como a condição necessária para uma compreensão adequada da variedade de relações sociais onde se aplicam os princípios da liberdade e igualdade.” (Mouffe, 1993, p. 06, tradução nossa)⁶. A falta de estabilidade na posição dos sujeitos revela que as articulações necessárias nas relações sociais não são definitivas e podem sofrer mutações, o que transforma profundamente as lutas políticas das mulheres. Nesse sentido, a falta de uma noção unitária da mulher como categoria direciona a luta política para a compreensão de que existem inúmeras formas de opressão, e cada ação política deve considerar as diversas relações sociais de maneira específica.

Uma nova concepção de cidadania reconhece as diferenças, a igualdade e as identidades em busca de uma consolidação da igualdade civil. Essa concepção de cidadania não considera a diferença sexual como algo irrelevante para suas construções. Trata-se de um projeto que determina a atuação política na democracia. A cidadania, nesse sentido, é a articulação das múltiplas posições do sujeito, permitindo a convivência das diferenças. Isso sugere uma identificação com princípios éticos e políticos e a variedade de

⁶ No original: “(...) la desconstrucción de las identidades esenciales tendría que verse como la condición necesaria para una comprensión adecuada de la variedad de relaciones sociales donde se habrían de aplicar los principios de libertad e igualdad”.



interpretações que se aplicam a eles. É uma multiplicidade de cidadanias que, mesmo em uma realidade de pluralidade, permite uma ação comum (Mouffe, 1993).

A cidadania democrática radical requer a construção de uma identidade política cidadã, este tópico se dedica a resposta da mesma pergunta feita por Mouffe (1997, p. 59): “Como deveríamos compreender a cidadania, quando nosso objetivo é uma democracia radical e plural?” Ao considerar a condução da identidade no seio de uma comunidade política, surgem questões que sobrepujam a concepção de cidadania que construímos até hoje. “(...) devemos também ser capazes de formular o caráter ético da cidadania moderna de uma maneira que seja compatível com o pluralismo moral e que respeite a prioridade do direito sobre o bem.” (Mouffe, 1997, p. 62). Não se trata somente dos direitos e deveres formalizados na democracia liberal, mas de um princípio que articula os sujeitos sociais na construção de suas identidades políticas.

Mouffe (2001) propõe novos modelos de federação, pois entende a necessidade de fronteiras para que a soberania popular possa se concretizar, aduz ainda que pensar em uma cidadania global é uma ilusão, tendo em vista a necessidade de uma ideia única e abstrata da humanidade para a concretização da cidadania global.

A globalização, de acordo com tal perspectiva, é melhor concebida em termos de uma dupla regionalização, isto é, em um nível a formação de um número de unidades regionais de diversas nações-estado, unidades que seriam elas mesmas compostas por sub-regiões compostas por partes de várias nações-estado. Esta nova forma de pluralismo poderia fortalecer em muito a capacidade para a participação popular nas decisões concernentes à forma da associação política e à natureza da cidadania (Mouffe, 2001, p. 24).

Este federalismo seria importante para a constituição de identidades regionais, não como um meio de separação e distinção, mas como uma importante ferramenta de autonomia das regiões ou cidades. Nas palavras de Mouffe (2001, p. 25): “(...) este federalismo iria combinar solidariedade e competição e iria constituir uma forma de autonomia exercida em sistemas que são integrados de uma forma conflituosa.” Para isso, é necessário compreender os caminhos da globalização, em um sentido de



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

homogeneização, como precários para a construção de uma sociedade plural e de uma democracia radical.

Uma cidadania democrática radical requer que todos os elementos analisados anteriormente sejam considerados, pois tem como diretriz o fortalecimento da dimensão pública como uma responsabilidade social. O conceito de cidadania abrange tanto a subjetividade quanto a pluralidade que constroem os sujeitos. A cidadania radical implica o acesso à justiça por todos os grupos (Paiva; Fachin, 2015).

A característica de contínua transformação da sociedade, que está envolvida na democracia, deve ser amparada em sua configuração. Matos (2016) pondera sobre o lugar da desobediência civil na construção da cidadania democrática e do poder constituinte da democracia radical. A desobediência civil busca estabelecer a justiça diante da negação da opressão da cidadania, sem depender apenas dos procedimentos jurídico-institucionais. Ela se baseia na constitucionalidade, saindo da ilegalidade e não sendo interpretada apenas como um instrumento de protesto. A versão constitucionalista da desobediência civil manifesta-se de forma equilibrada no contexto do “(...) Estado Democrático de Direito, dado que pressupõe uma cidadania participativa e solidária” (Matos, 2016, p. 53). Nessa direção, ela se torna um importante instrumento para a participação popular que proporciona a manifestação das diferentes formas coletivas de interpretação da constituição. “(...) a desobediência civil se justifica apenas enquanto ação coletiva de um grupo de cidadãos e somente assim pode ser praticada com algum sucesso.” (Matos, 2016, p. 55). É uma postura cívica dos cidadãos que só tem significado perante uma coletividade política.

A tradição constitucionalista da desobediência civil, em suas melhores versões, pretende integrar os cidadãos aos mecanismos constitucionais do Estado Democrático de Direito mediante práticas inclusivas, dialógicas e de amplo espectro, contribuindo assim para uma legitimação substancial do Estado de Direito, que não pode permanecer limitado às estruturas técnicas de representação, tidas por necessárias, mas insuficientes. Hoje mais do que nunca, aduzem os partidários da compreensão constitucionalista, é preciso que o poder público se torne receptivo e poroso diante das demandas da cidadania (Matos, 2016, p. 58).



A nova cidadania, reivindicada pelos novos movimentos sociais no Brasil, busca o direito de ter direitos e proporciona a construção de sujeitos sociais ativos e a integração social, começando pelas camadas mais vulneráveis da sociedade. Essa nova cidadania envolve também a mudança nas estruturas das relações de poder, o que permitiria que os cidadãos se tornassem coparticipantes nos governos locais, estabelecendo uma relação próxima com o Estado (Dagnino, 2004).

No entanto, essa ideia de uma nova cidadania foi corrompida pelo neoliberalismo na política brasileira. A noção de solidariedade, que antes estava ligada à ação política e ao compromisso com o bem público, foi distorcida e transformada em uma ideia de filantropia ou caridade. Isso estagnou principalmente a classe média em uma visão de assistência básica, sem comprometimento com a garantia dos direitos fundamentais. Essa confluência perversa entre um projeto político democratizante e participativo e o projeto neoliberal é o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira (Dagnino, 2004).

A confluência desses dois projetos, um que defende o Estado mínimo na garantia de direitos e outro que busca o aprofundamento da democracia, levou a um confronto político entre seus apoiadores. No entanto, ao considerarmos as questões previamente discutidas sobre a influência das elites na configuração política, torna-se evidente qual projeto obteve mais êxito. Localizar a atuação de cada um desses projetos políticos é importante para orientar a ação política. Por muito tempo, essa confluência fez com que o horizonte de ação política dos setores de esquerda e progressistas se desviasse de seus resultados almejados (Dagnino, 2004).

As transformações globais, incluindo os efeitos da internet e das redes sociais, estão constantemente remodelando o mundo. No Brasil, as redes digitais se tornaram um centro de mobilização política, como evidenciado nas jornadas de junho de 2013. Apesar dos diversos propósitos das mobilizações nas redes, não se pode negar que são espaços de expressão, inclusive política. Nesse sentido, elas devem acompanhar o processo de democratização proposto neste estudo. As redes sociais ampliaram o acesso à informação, aceleraram a velocidade dos fenômenos e tornaram as análises mais complexas sobre esse tema. Novas dinâmicas para os movimentos



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

sociais estão sendo construídas à medida que a tecnologia avança e transforma as relações sociais, incluindo as redes de ação política, que se tornam cada vez mais multifocais, com demandas em diferentes direções (Santaella, 2016).

Nesse contexto, quando mencionamos cidadanias globais e emancipadas, referimo-nos a uma emancipação dos elementos neoliberais associados à cidadania e à globalização, que não contribuem para os objetivos de democratização radical. Essa ideia está ligada ao compromisso com o bem comum, que não se limita a um território, mas abrange as condições que afetam a vida de todos os seres do planeta. Falamos em cidadanias no plural porque as noções de pluralismo discutidas aqui impedem uma visão única, tendo em vista que não podemos ignorar as questões ambientais e sociais que são contingentes nas transformações do mundo. Este é um caminho emancipador.

“Com suas lutas, os povos e nacionalidades demandam o exercício pleno da democracia, a construção de cidadanias coletivas, o respeito à multiculturalidade e a prática da interculturalidade, das liberdades e das oportunidades, sem exclusões.” (Acosta, 2006, p. 148). Fazendo uso da ideia de engajar várias perspectivas políticas para a sociedade e sobretudo superar as práticas opressivas que estiveram como plano de fundo nas cooperações internacionais das democracias neoliberais.

É o que Acosta (2006, p. 151) denominou cidadania plurinacional. “(...) a plurinacionalidade não dissolve os Estados, mas exige espaços de autogoverno e autodeterminação.”

A discussão constituinte marca o começo de um renovado processo de descolonialidade do poder. Um novo horizonte histórico está surgindo. Ele implica a emancipação em relação ao eurocentrismo – uma emancipação que convoca a uma luta social para prescindir do capitalismo. Essa será a única maneira de deixar para trás as formas de existência social caracterizadas pela dominação, pela discriminação racista, etnicista e sexista, e pela exploração econômica. Isso exige novas formas de comunidades, novas formas de expressão da diversidade social, assim como da solidariedade e da reciprocidade. Igualmente, sinaliza com o fim da homogeneidade institucional do Estado-nação, construindo



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

instituições distintas, assegurando as igualdades nas diversidades. Este novo Estado terá de aceitar e propiciar as autonomias territoriais dos povos e nacionalidades. Tudo isto, em essência, significa a produção democrática de uma sociedade democrática, como parte de um processo continuado e de longo prazo (Acosta, 2006, p. 152).

Isso somente será possível se a Constituição for encarada como um grande propósito coletivo de toda a sociedade. Não se trata de buscar um paraíso harmônico, mas sim de criar uma conjuntura política que aceite a diversidade e promova o diálogo entre os diferentes sujeitos da pluralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste estudo ressaltam a importância da educação voltada para a participação política das mulheres, destacando as utopias concebidas por redes femininas com atuação em busca da igualdade de gênero. Essas utopias, essenciais para formação dos objetivos políticos que visam à transformação social, são fundamentais para um modelo de democracia radical, na medida em que reconhecem a necessidade de perceber tanto a democracia radical quanto as aspirações feministas como essencialmente utópicas. Estamos falando de utopias possíveis, capazes de remodelar a democracia conforme os tantos adjetivos discutidos extensivamente na filosofia política, tais como a democracia igualitária, racial, comunitária, entre tantas outras.

A integração dos conceitos de participação política, democracia radical, educação libertadora e teoria feminista sob uma perspectiva pedagógica revela o potencial da educação como ferramenta para a emancipação social e política das mulheres. Esta análise reforça a necessidade de repensar as estruturas políticas atuais, especialmente no contexto neoliberal, que continuam a impor obstáculos à plena inclusão das mulheres no espaço público.

Apesar das resistências encontradas nas estruturas de poder, tanto teóricas quanto práticas, o movimento feminista persiste em inventar e reinventar estratégias para uma participação política mais efetiva. Este estudo destaca a importância de continuar esse trabalho, buscando novas abordagens



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

e práticas que promovam a igualdade de gênero e fortaleçam a democracia radical pluralista.

Dessa forma, as conclusões deste trabalho ressaltam a urgência de uma abordagem mais inclusiva e igualitária na política, reconhecendo as contribuições únicas dos movimentos feministas para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

- Acosta, Alberto. **O bem viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária - Elefante, 2016.
- Adorno, Theodor. W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- Allen, Amy. Rethinking power. **Hypatia: a journal of feminist philosophy**, 1998. 21-40. Disponível em:
<<https://www.cambridge.org/core/journals/hypatia/article/abs/rethinking-power/ABF61638CD9EB98B8932F04169B84FD5>>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- Benhabib, Seyla. Em defesa do universalismo – mais uma vez! Uma resposta aos críticos de situando o Self. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 26; n. 1. p. 109-126. Janeiro – junho, 2021. Disponível em: < <https://www.rev.26>, Janeiro-junho 2021. 109-126. Disponível em:
<<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/176093>>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- Cavalcanti, Ildney. Feminismo, literatura e utopia: reflexões sobre uma “fotografia”. **Revista Leitura**, Maceió, n. 32, 2019. p. 29-43. Disponível em:
<<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7429>>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- Collins, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.
- Collins, Patrícia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. **Sociologias Plurais**, Curitiba, 8, 2022. Disponível em: <Trad. Carina Jéssica de Souza e Elisa Duarte Nascimento. Sociologias Plurais, Disponível em:
<<https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/84497/45732>>. Acesso em: 04 jan. 2022.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

Dagnino, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

Davis, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

Davis, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução de Heci Regina Candiani. Boitempo. ed. São Paulo: [s.n.], 2017.

Floresta, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Cortez, 1989.

Forrester, Katrina. Hope and memory in the thought of Judith Shklar. *Modern Intellectual History*. **Cambridge University Press**, New York, 2011. 591-620. Acesso em: 16 nov. 2022.

Freire, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

Freire, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

Funck, Susana Bornéo. Feminismo e utopia. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 01, 1993. 33-48. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1993000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Grosso, Luis Antonio. Transculturação e novas utopias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, 2005. 61-84. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ln/a/4b44kDwsTpmPVzkKVz8Wslv/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, 2009. 7-41.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **Teoria feminista**: das margens ao centro. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2020.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

Karawejczyk, Monica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. Tese doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre. 2013.

Lummis, Douglas. **Democracia radical**. Tradução de Susana Guardado Del Castro. Coyoacan – México: Siglo XXI, 2002.

Marques, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, 29, 2008. 55-78.

Matos, Andityas Soares de Moura Costa. **Filosofia radical e utopia: inapropriabilidade, an-árquia, a-nomia**. Belo Horizonte: Via Verita, 2014.

Matos, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. **Revista Direito e Práxis**, 7, 2016. 43-95. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35095013900>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

Miguel, Luis Felipe. Utopias do pós-socialismo: esboços e projetos de reorganização radical da sociedade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 21, 2006. 91-114. Acesso em: 22 nov. 2022.

Mouffe, Chantal. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical. **Debate feminista, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)**, 7, 1993. 3-22. Disponível em: <Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/42624105>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

Mouffe, Chantal. A cidadania democrática e a comunidade política. **Revista Joaquim A Burity. Estudos de Sociologia, Unesp – FCL**, 2, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/663/778>>.

Mouffe, Chantal. Globalização e cidadania democrática. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, 36, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/1779/1476&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=8575582517263920805&ei=ta4IZMCdDYSwmgHanbr4Cw&scisig=AJ9-iYvLfNE3RtvEnKAm1LuEfKKw>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Mouffe, Chantal. **Sobre o político**. Tradução de Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Fontes, 2015.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>

Paiva, Ana Paula de O. M. Vanzela; Fachin, Melina Girardi. Democracia radical e acesso à justiça: repensando o espaço do político na jurisdição constitucional. **Revista do Direito Público**, v. 10, n. 1, p. 189-210, 2015.

Pateman, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini, - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Santaella, Lucia. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. São Paulo – Editora Paulus, 2016.

Sargent, Lyman Tower. The three faces of utopianism revisited. **Utopian Studies**, Missouri, v. 5, 1994. 1-37.

Shklar, Judith. The liberalism of fear. In. **Liberalism and moral life**. Ed. Nancy Roseblum. Havard University Press, Cambridge: 1989.

Shklar, Judith. The political theory of utopia: from melancholy to nostalgia. **Daedalus**, Vol. 94, No. 2, Utopia, p. 367-381. The MIT Press on behalf of American Academy of Arts & Sciences Stable, Spring, 1965. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/20026914>> Acesso em: 16/11/2022.

Vergès, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020. *Ebook*.

Xavier, Elton Dias. **Da Utopia de Bellamy à Distopia de Orwell: a viragem distópica no século XX**. 2016. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

Wollstonecraft, Mary [1759-1797]. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. Ivania Pocinho Motta São Paulo: Boitempo, 2016.

Submissão em 29 de fevereiro de 2024.
Aceite em 06 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262332 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262332>